

ORAÇÕES PRINCIPAIS EM PERSPECTIVA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Magda Bahia SCHLEE

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Federal Fluminense)

magdabahia@globocom.com

Resumo:

Tradicionalmente, os períodos compostos por coordenação e subordinação costumam ser tratados no âmbito exclusivamente formal. Além disso, especificamente em relação ao período composto por subordinação, é prática comum, em estudos de orientação tradicional, a ênfase na análise das orações subordinadas, quer quanto ao reconhecimento de suas funções – substantivas, adjetivas ou adverbiais –, quer quanto a sua estrutura – desenvolvidas ou reduzidas –, ou ainda quanto ao mecanismo de união de orações – conectivas ou justapostas. Pouco se diz, contudo, em relação à oração principal, fora o fato de que serve de apoio à oração subordinada, que nela pode exercer diferentes funções sintáticas. Relega-se, assim, a um segundo plano o papel semântico fundamental que essas orações têm na construção dos enunciados, ao se valorizar exclusivamente seu status sintático. Com base em princípios da abordagem sistêmico-funcional, no entanto, é possível perceber que o principal significado veiculado pelas orações principais é o significado interpessoal, através da indicação de modalidade. A partir da análise de editoriais de jornal, o presente trabalho tem como objetivo comprovar o importante papel semântico desempenhado por essas orações.

Palavras-chave:

Modalidade; orações principais; sintaxe.

1. Introdução

Com base nos pressupostos teóricos da lingüística sistêmico-funcional, o presente trabalho visa a analisar uma estrutura gramatical do português – a tradicionalmente denominada oração principal nos períodos compostos por subordinação, tendo em vista relacionar suas propriedades semântico-formais a seu emprego em textos.

De forma geral, os períodos compostos por coordenação e subordinação costumam ser tratados no âmbito exclusivamente formal, desconsiderando-se que o usuário da língua, ao lançar mão desses processos sintáticos de união de orações, faz isso com interesses essencialmente discursivos: ênfase em determinada idéia, relacionamento de tópicos diversos, ligação entre parágrafos; enfim, propósitos que vão além das abordagens estritamente formais dos períodos compostos expostas na maioria das gramáticas.

Além disso, especificamente em relação ao período composto por subordinação, é prática comum, em estudos gramaticais de orientação tradicional, a ênfase na análise das orações subordinadas, quer quanto ao reconhecimento de suas funções – substantivas, adjetivas ou adverbiais –, quer quanto a sua estrutura – desenvolvidas ou reduzidas –, ou ainda quanto ao mecanismo de união de orações – conectivas ou justapostas. Pouco se diz, contudo, em relação à oração principal, fora o fato de que serve de apoio à oração subordinada, que nela pode exercer diferentes funções. Relega-se, assim, a um segundo plano o papel semântico fundamental que essas orações têm na construção dos enunciados, ao se valorizar exclusivamente seu *status* sintático. Essa omissão no tratamento semântico das

principais já tem chamado a atenção de estudiosos e fica confirmada nas palavras de Azeredo (2005: 179):

O silêncio reservado à oração base ou principal é uma prática no mínimo desconcertante, já que a gramática tradicional recorre sistematicamente ao significado para conceituar e definir as unidades gramaticais.

Apesar do reconhecimento desse problema, não se pretende neste trabalho tratar de todas as orações principais, mas apenas daquelas que têm presas a si orações subordinadas substantivas. A delimitação do presente estudo a essas principais deve-se à crença de que o tratamento dado à questão pelas gramáticas tradicionais não distingue as particularidades dessas estruturas em função das orações subordinadas que a elas se ligam, tratando a categoria oração principal como estrutura de propriedades constantes em todos os períodos, independentemente do tipo de subordinada que a ela se prende.

De fato, há entre todas as orações principais uma característica formal comum: o fato de servirem de base a uma oração subordinada. Sob a perspectiva semântica, contudo, observam-se, entre essas estruturas, propriedades específicas em função do tipo de subordinada.

Decorre, assim, a necessidade de um tratamento particularizado das orações principais em três grupos: 1) as que são base para orações substantivas; 2) aquelas que carregam um termo a ser caracterizado pelas orações adjetivas; e 3) o grupo formado pelas orações que servem de apoio a orações adverbiais.

A opção pelo primeiro grupo decorre da grande contribuição semântica dessas estruturas para a construção do sentido interpessoal da oração, sentido esse que diz respeito às relações entre falante/escritor e ouvinte/leitor no discurso.

Por esse motivo, a abordagem sistêmico-funcional mostra-se particularmente adequada aos propósitos desta pesquisa, na medida em que sua concepção tridimensional do significado favorece a identificação de outros significados, além do significado cognitivo ou referencial, mais comumente evocado nos estudos da linguagem.

2. A oração principal

Tradicionalmente, na análise do período composto por subordinação, pouca atenção é dada às estruturas oracionais denominadas orações principais. De forma geral, a ênfase recai na identificação e classificação das orações subordinadas quanto à forma e quanto à função.

De acordo com diferentes compêndios gramaticais de orientação tradicional, as orações principais apresentam como traço comum o fato de, em nível sintático, apresentarem um de seus termos sob a forma de oração.

Ainda assim, não é pacífica entre os gramáticos a definição de oração principal. Observam-se diferentes posturas que ora privilegiam exclusivamente o critério sintático, ora o mesclam ao semântico na definição dessa estrutura, tornando-a, muitas vezes, imprecisa e inconsistente. E há ainda, sob um mesmo critério de análise, maneiras distintas de tratar a questão de acordo com diferentes estudiosos.

Gladstone Chaves de Melo em seu *Novo Manual de Análise Sintática* (1967) já alerta para certos problemas no tratamento do período composto por subordinação, mais especificamente em relação à definição da oração principal:

Este é um conceito simples e claro. Não obstante, tem encontrado quem o complique e obscureça, daí resultando para os discentes confusões. É necessário

estabelecer a simplicidade da verdade e desanuviar as mentes. Por isso, vamos deter-nos um pouco na matéria.

Nesta mesma linha de pensamento, que vai reduzindo as coisas aos seus verdadeiros limites, deve-se acrescentar que o conceito de oração principal é relativo: uma oração é principal em relação a outra a ela subordinada; não, porém, em relação a outras independentes como ela, se as houver no período. Andam por aí critérios discriminantes segundo os quais principal é a oração que tem sentido completo. É fácil ver que não. (Melo 1966: 106-07)

O autor também rejeita uma abordagem semântica das orações principais. Para comprovar sua afirmação, Melo (1967: 107) cita trecho de Frei Luís de Souza, transcrito abaixo, em que a oração principal “E ambos confessavam publicamente” é uma construção incompleta em termos sintáticos e, conseqüentemente, semânticos:

“E ambos confessavam publicamente que a razão que os fizera cair na conta de seus erros fora ver e considerar o modo que aqueles padres tinham em proceder nas matérias que consultavam, o cuidado e trabalho com que as estudavam, discutiam e ventilavam.” (Melo 1966: 106-07)

Também Rocha Lima (1957) em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* define oração principal sob a perspectiva sintática. Segundo o autor, “no período composto por *subordinação*, há uma oração *principal* e uma ou mais que representam desdobramentos dos vários termos dela”.

Já Bechara (1961), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, chama de oração principal aquela que pede uma dependente. Assim, para o gramático, em um período, pode haver mais de uma oração principal, já que o fato de exercer função sintática em outra oração não é empecilho para que uma estrutura seja considerada principal.

Bechara (1961) rejeita também qualquer consideração semântica das principais ao declarar que a “oração principal não é a que encerra o sentido principal”. Segundo ele, a expressão “oração principal” é determinada, exclusivamente, pela relação sintática dentro do período, não importando se o sentido que encerra é ou não aquele de que dependem as outras orações.

Ao desvincular as noções de oração principal e sentido principal, Bechara (1961) desfaz a ambigüidade do termo “principal”, atribuindo a essas construções um caráter exclusivamente sintático.

Para Cláudio Brandão (1963), ao contrário, em obra intitulada *Sintaxe Clássica Portuguesa*, é justamente o critério semântico que sustenta a definição de oração principal, também chamada de subordinante. É o que se pode observar no trecho abaixo:

O período é composto por **subordinação**, quando nele há uma **proposição principal**, isto é, que encerra o sentido dominante, e uma ou várias subordinadas. (Brandão 1963: 137)

Também Cunha (1970), em *Gramática do Português Contemporâneo*, trata a questão sob o prisma semântico ao considerar que a oração principal “contém a declaração *principal* do período”. Além desse enfoque semântico, Cunha (1970) analisa também as principais sob a perspectiva sintática quando declara que a “oração principal serve sempre de suporte a uma ORAÇÃO SUBORDINADA”.

De forma geral, a abordagem semântica não é aprofundada, nem sequer aplicada aos exemplos apresentados nas diferentes gramáticas que privilegiam esse aspecto na definição das principais. O que parece ocorrer, na verdade, é uma dupla interpretação do termo “principal”. Em alguns momentos, ele é tomado em uma perspectiva essencialmente sintático-gramatical – “a oração principal serve sempre de suporte a uma oração subordinada” – e, em outros, numa perspectiva semântica – “a oração principal contém a declaração *principal* do período”.

A inconsistência da definição semântica apresentada por alguns estudiosos ainda é reforçada quando se constata que a oração principal que ilustra alguns exemplos não contém o sentido principal do período. Na verdade, a informação que parece ser mais consistente em termos semânticos parece estar justamente na oração subordinada, como se observa no exemplo abaixo, extraído de Cunha (1970):

1ª.= Eles mesmos não sabem

2ª.= que no madeirame dos navios, nas velas rotas dos saveiros está a terra de Aiocá,

3ª.= onde Janaína é princesa

Parece estranho considerar a oração “Eles mesmos não sabem” como aquela que contém a declaração principal se a esta oração falta um termo integrante, fundamental para sua completude.

O autor declara ainda que a característica fundamental da principal é o “fato de não exercer função sintática em nenhuma outra do período”, opinião partilhada por Rocha Lima na reedição de sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, como se viu anteriormente. Assim, no exemplo anterior, só a 1ª. oração pode ser chamada de principal. Deduz-se dessa definição uma estrutura morfossintática das orações principais segundo a qual há, nessas orações, a presença de verbo nos modos indicativo, subjuntivo ou imperativo e também a ausência de conectivos subordinantes.

Esse mesmo tratamento das orações principais é confirmado por Cunha e Cintra (1985) em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Reforça-se, ao longo da seção “O período e sua construção”, o tratamento sintático-semântico das orações principais.

Também Kury, ao republicar suas *Lições de Análise Sintática* (1961) sob o título de *Novas Lições de Análise Sintática* (1984), dá às orações principais um tratamento essencialmente sintático, como se percebe no trecho que se apresenta:

Observe-se que a denominação *principal* é relativa e quer dizer “regente”, isto é, **que tem uma oração dela dependente**. Por isso mesmo, é possível que uma oração subordinada tenha outra dependente dela, **em relação à qual é principal**. O exemplo esclarece melhor:

“Não permita Deus que eu morra

Sem que desfrute os primores

Que não encontro por cá,”

[A oração “que eu morra” é subordinada à 1ª. (“Não permita Deus”), sua principal; mas é, ao mesmo tempo, principal (de segundo grau) em relação à 3ª. (“sem que desfrute os primores”), subordinada a ela e que, por sua vez, é principal (de terceiro grau) com referência à última. Poder-se-á, pois, para maior clareza, falar em principal de 1º., 2º., 3º. graus, etc. O conjunto constitui uma ORAÇÃO COMPLEXA. (Kury 1986: 63-64)

Não resta dúvida de que a oração principal é encarada por Kury como estrutura de papel unicamente sintático na estruturação do período.

Celso Pedro Luft, da mesma forma, em sua *Moderna Gramática Brasileira* (1979) opta por uma perspectiva essencialmente sintática das orações principais, mantendo, contudo, uma análise mais convencional do assunto. Para o autor, “principal é aquela que traz inserida uma subordinada” (Luft 2002: 72). Acrescenta, ainda, tratar-se de um “termo relativo: *uma oração é principal em relação a sua(s) subordinada(s)*” (Luft 2002: 72). Ao declarar isso, percebe-se que o autor considera também a possibilidade de haver orações principais subordinadas ou coordenadas a outras. É o que fica claro no trecho que se segue:

Assim uma oração pode ser, ao mesmo tempo, subordinada a uma oração, principal em relação a outra, e ainda coordenada a uma terceira: [sei [[**que o diretor declarou** [estar de acordo]] [e] [assinou o convênio]]. A oração em negrito é subordinada a *sei*, principal em relação a *estar de acordo* e coordenada a *assinou o convênio*. (Luft 2002: 72)

O autor declara ainda que, em nossa tradição gramatical, é praxe classificar como principal apenas aquela que não é subordinada a nenhuma outra.

Já Azeredo, em artigo intitulado *Construção Sintática e Monitoramento de Sentido* (2006), chama atenção para a relevância pragmática da oração principal – ou oração base, nas palavras do autor. Segundo ele, a contribuição léxico-semântica dessa estrutura é “tão relevante quanto as funções sintáticas que a análise escolar nos ensinou a discriminar.” (Azeredo 2005: 179)

Apoiado em uma tradição descritiva que remonta à Idade Média e se inspira na filosofia escolástica, Azeredo (2005) reconhece dois componentes na construção dos enunciados: “o *dictum* – aquilo que é objeto da comunicação – e o *modus* – a atitude ou ponto de vista do enunciador” (Azeredo 2005: 180). E é justamente em relação a um desses componentes – o *modus* – que o autor tratará a oração principal:

Com efeito, nas construções examinadas, enquanto a oração encaixada ou subordinada é o lugar da informação a ser transmitida (o *dictum*), a oração base ou principal explicita uma atitude comunicativa, que equivale, do ponto de vista do interlocutor, a uma orientação interlocutiva (o *modus*) para o processamento daquela informação. É no interior da oração base que o enunciador se posiciona relativamente ao conteúdo da oração completiva (...) (Azeredo 2005: 179)

O autor menciona também os termos *modalidade* e *modalização*, usados modernamente para designar esse aspecto do enunciado responsável pela expressão das atitudes do enunciador em relação ao conteúdo da proposição (*dictum*) ou ainda em relação ao interlocutor ou enunciatário.

Pelo exemplário apresentado, percebe-se que a indicação do *modus* a que se refere o autor é própria das orações principais a que se ligam orações subordinadas substantivas, como se vê abaixo:

É estranho que o vigia esteja dormindo
É uma pena que o vigia esteja dormindo
É um absurdo que o vigia esteja dormindo
É necessário que o vigia esteja dormindo
Espero que o vigia esteja dormindo

Duvido que o vigia esteja dormindo
(Azeredo 2005: 181)

O autor faz menção ainda às noções de enunciado posto, pressuposto e proposto. O posto seria o enunciado em que se percebe certa neutralidade do enunciador; o proposto, aquele enunciado “que não é posto em primeira mão”, sendo, por isso, passível de confirmação e o proposto seria “um ‘projeto’ de realidade sujeito à intervenção mental do enunciador” (Azeredo 2005: 179)

E, na perspectiva de Azeredo (2005), é justamente a oração base, ou até a ausência dela, que será responsável pela caracterização do *dictum* em uma dessas três categorias.

O que temos, notado, no entanto, através do presente estudo, é uma grande flutuação no que tange às orações principais, principalmente em relação aos critérios que definem essa estrutura.

3. Modalidade

Na perspectiva sistêmico-funcional, é clássica a proposta de Halliday (1994) de consideração da modalidade como terreno intermédio em relação aos pólos positivo e negativo do enunciado. Ela parte do princípio de que a polaridade e a modalidade são componentes dos enunciados em geral, e de que todas as línguas apresentam a possibilidade de modalizar ou de negar uma proposição (em si, afirmativa). A princípio, a modalidade representa, pois, o estágio intermediário entre orações de polaridade afirmativa e negativa, ou seja, há valores semânticos que se localizam entre “sim” e “não”, como nas expressões “talvez” ou “supostamente”.

Definindo a polaridade como a escolha entre o positivo e o negativo na proposição, como em “é / não é”, Halliday (1994) indica que, tipicamente, a polaridade é expressa no elemento verbal finito, razão pela qual esse elemento funciona como tema numa frase interrogativa que pede, na resposta, uma escolha entre “sim” e “não”. Essa colocação, contudo, não se aplica ao português, já que o finito não carrega o traço de polaridade.

A relação estabelecida por Halliday (1994) entre polaridade e modalidade reside justamente no fato de que as possibilidades de resposta a uma frase interrogativa – que pede na resposta uma escolha entre “sim” e “não” – não se resumem a “sim” e “não”, havendo, naturalmente, graus intermediários, tanto do ponto de vista qualitativo (“talvez”), como do ponto de vista quantitativo (“às vezes”). Para Halliday (1994), esses graus intermediários entre positivo e negativo são conhecidos como modalidade. O autor acrescenta ainda que há dois tipos de possibilidades intermediárias: graus de probabilidade (*possivelmente* → *provavelmente* → *com certeza*) e graus de habitualidade (*às vezes* → *comumente* → *sempre*). No terreno da probabilidade, segundo Halliday, há uma disjunção entre o “sim” e o “não” (‘sim’ **ou** ‘não’), o que corresponde a “talvez sim, talvez não” (em diferentes graus), enquanto no terreno da habitualidade existe uma conjunção do “sim” com o “não” (‘sim’ e ‘não’), o que corresponde a um “às vezes sim, às vezes não”.

O autor (1994) postula ainda, a par da existência desse processo, – que se aplica às proposições e que tem como pólos opostos a afirmação e a negação, – a existência de um processo de “modulação”, – que se aplica às ‘propostas’ (relação de um enunciado com ações, e não com outros enunciados). Segundo ele, a “modulação” tem como pólos opostos a determinação (o correlato da afirmação proposicional) e a proibição (o correlato da negação proposicional).

Para compreender melhor a modalidade na perspectiva sistêmico-funcional, faz-se necessário retomar as diferenças entre os valores trocados na interação – informações ou bens-e-serviços. Se o valor trocado for informação, a modalidade pode indicar probabilidade

(qual a probabilidade de a oração ser verdadeira) e habitualidade (qual a frequência com que a oração é verdadeira).

Em português, como ocorre em inglês, as noções de probabilidade e habitualidade são expressas normalmente por operadores modais finitos ou Adjuntos Modais, ou ainda, cumulativamente, por esses dois elementos.

Se, por outro lado, o valor trocado na interação são bens-e-serviços, a modalidade indica obrigação ou inclinação. Nas ordens, a modalidade representa o grau de obrigatoriedade que o falante quer estabelecer com o interlocutor: permissão, recomendação e obrigatoriedade. Já, nas ofertas, a modalidade envolve o grau de inclinação do falante em relação à oferta. O falante pode indicar habilidade, disposição ou determinação.

Em português, de forma geral, essas indicações de obrigação e inclinação costumam ser expressas mais comumente por operadores modais finitos (“poder”, “dever”, “ter de”, etc).

Na perspectiva hallidayana, a modalidade expressa, pois, o julgamento do falante quanto à probabilidade e à obrigatoriedade envolvidas no que ele está dizendo. De forma a distinguir esses dois tipos de modalidade – a que se relaciona à troca de informações e a que se refere a bens-e-serviços, – Halliday chama a primeira de modalização e a segunda de modulação.

Halliday (1994: 90) declara ainda que a modalidade envolve graus ou escalas de comprometimento do falante com a validade do que é dito: alto, médio e baixo. Isso significa que o falante pode manifestar um grau alto ou baixo de certeza sobre a proposição, ou também, diferentes graus de pressão sobre o interlocutor em relação a uma ordem. Thompson (2004: 69) diz que esses graus são uma idealização, não correspondem, necessariamente, a categorias absolutas e sim a áreas numa escala. Thompson reforça, contudo, a utilidade desses rótulos em análises de textos, citando como exemplo textos acadêmicos, em que o escritor e, conseqüentemente, o leitor têm de julgar até que ponto a declaração é apresentada como certa ou como um enunciado aberto a dúvidas.

Em reedição de sua *An Introduction to Functional Grammar*, em colaboração com Matthiessen, Halliday (2004: 149) apresenta duas outras variantes na análise da modalidade: objetiva/subjetiva e explícita/implícita.

A modalidade subjetiva ocorre quando o falante/escritor expressa seu ponto de vista, deixando claro que é um ponto de vista pessoal. A modalidade objetiva, por outro lado, faz com que o ponto de vista do falante/escritor pareça uma qualidade da proposição. O período abaixo, extraído do *corpus*, exemplifica a modalidade objetiva:

É certo que não se pode negar a precariedade da situação (...) (O Globo 21/05/06)

Nesse caso, a opinião do articulista quanto à proposição – ele acha certa a proposição de que a situação é precária – é disfarçada como uma qualidade dessa proposição, como se fosse algo independente de seu ponto de vista.

Para exemplificar a modalidade subjetiva, recorreremos à construção apresentada por Halliday e Matthiessen (2004: 149):

Estou certo de que é verdade.

Outra variável citada por Halliday e Matthiessen (2004) diz respeito à modalidade implícita e explícita. O termo *implícita* é usado quando a modalidade está expressa na mesma

oração que a proposição principal, enquanto o termo *explícita* é empregado quando a modalidade está em uma oração separada. Observe-se, no exemplo anterior, a ocorrência de ambas as modalidades referidas:

O exemplo anterior ilustra com clareza, em um mesmo período, a modalidade explícita e a implícita. Através da oração “É certo”, o articulista manifesta sua certeza sobre a validade da proposição, representada por outra oração “não se pode negar a precariedade da situação”. É, pois, um acaso de modalização – incide sobre a informação, indicando possibilidade – explícita. No mesmo período, contudo, há um exemplo de modalidade implícita na oração “não se pode negar a precariedade da situação”, em que o operador modal “pode” incide sobre o predicador “negar” da oração em questão, representando outro caso de modalização, mas, desta vez, implícita.

Pelo exposto, percebe-se que, apesar de os elementos do Modo – Sujeito, Finito, Adjuntos Modais – serem as formas mais comuns de indicação da modalidade, ela pode ser expressa por elementos fora do sistema Modo. Fica evidente que essa categoria pode ser indicada em pontos diferentes da oração, não necessariamente no Modo ou unicamente por meio de seus elementos. A oração “É certo” não deixa dúvidas quanto a isso; por esse motivo, é considerada uma oração modal (Thompson, 2004: 71).

4. Análise de um editorial

O tema do editorial “Os perdedores” (O Globo 21/05/06) é a greve na UERJ. O articulista faz uma crítica à opção dos professores pela greve, defendendo a posição de que os alunos são os principais prejudicados. No texto, há seis ocorrências de períodos compostos por subordinação com orações subordinadas substantivas. Foram destacadas abaixo as orações principais de que dependem essas subordinadas:

- (1) “**E por sinal nem sabem** se e quando terão de volta o dinheiro da taxa de inscrição.”
- (2) “**É certo** que não se pode negar a precariedade absoluta da situação...”
- (3) “**Desde já é previsível** que ao fim dessa paralisação, ..., os grevistas anunciarão que não haverá prejuízo para os alunos...”
- (4) “**Os grevistas anunciarão** que não haverá prejuízo para os alunos...”
- (5) “**O governo estadual diz** que não vai negociar...”
- (6) “**Os professores sustentam** que não retomarão as aulas na situação atual.”

4.1.1. Identificação das estruturas matrizes

- (1), (4), (5) e (6) = SN + SV (v.t.d) + SN oração
 (2), (3) = ser + nome + SN oração

4.1.2. Análise das ocorrências

Verifica-se que cinco das seis orações principais são indicadoras de modalidade.

As estruturas (4), (5) e (6) compartilham a mesma estrutura matriz. Representam o que é tradicionalmente chamado de discurso indireto. Nessa *projeção*, termo que, na perspectiva sistêmico-funcional, caracteriza esse discurso, o falante/escritor não se responsabiliza pela informação veiculada. Neste caso, a intenção do locutor é isentar-se de qualquer comprometimento com relação às informações dadas. Segundo Halliday and Matthiessen (2004: 441), tem-se, nesse caso, não uma representação direta da experiência (não-lingüística), e sim a representação de uma representação (lingüística), sob o ponto de vista do locutor. O efeito de modalidade da projeção decorre exatamente dessa dupla representação:

por um lado, o locutor sinaliza que a declaração não deve ser atribuída a ele; por outro, incorpora-a a sua mensagem, fazendo-a diferir, de certa forma, do enunciado original.

Nessas construções, estão presentes processos verbais – os verbos de “dizer”: anunciar (4), dizer (5) e sustentar (6). Os dois primeiros são característicos do discurso relatado. O verbo “sustentar”, ao contrário, apesar de, normalmente, não exprimir a idéia de elocução, assume, em (6), esse valor, sugerindo uma afirmação categórica dos professores. Segundo Halliday e Matthiessen (2004: 441), as projeções ou metafenômenos – fenômenos já filtrados pela linguagem – estão associados apenas a certos tipos de processos, essencialmente os de “dizer” e “sentir”.

Em editoriais de jornal, esses processos são recorrentes, pois permitem ao articulista veicular informações oriundas de outras fontes, tanto como forma de argumentação por autoridade, como de isenção de responsabilidade sobre o que é dito, ou até como recurso para colocar em dúvida determinada asserção.

As orações principais em (2) e (3) já apresentam outra estrutura – a presença do processo relacional e um atributo, seguido de oração. Nessas estruturas, a indicação de modalidade recai inteiramente no valor lexical do atributo. Essa estrutura, de forma geral, pode ser vista como um comentário acerca da validade da proposição expressa pela oração subordinada, mas, em alguns casos, pode favorecer o distanciamento do enunciador em relação ao conteúdo proposicional a ser veiculado em seguida. Desse modo, a qualidade expressa pelo atributo assume caráter de uma informação amplamente aceita e, por essa razão, difícil de ser contestada.

Em (2), a oração principal indica o grau de engajamento do locutor em relação ao conteúdo veiculado na oração subordinada. Ele assume total responsabilidade quanto ao conteúdo asseverado na oração subordinada, criando, também, para o interlocutor, o dever de crer. A declaração não é passível, pois, de contestação, o que no caso deste editorial tem importante papel argumentativo, uma vez que o articulista, apesar de discordar da greve, não invalida a causa do movimento, considerada inquestionável pela própria descrição física do prédio feita posteriormente.

É interessante, contudo, notar que, apesar do alto valor modal dessa oração base, a simples proposição “a situação é absolutamente precária” é mais contundente do que o período composto. Confirma-se, assim, a posição de Halliday (1994:89), já citada, segundo a qual mesmo os Adjuntos de alto valor modal como *certamente*, *sempre* são menos precisos do que as formas de polaridade definida. O mesmo vale para as orações modais, que representam metáforas gramaticais desses adjuntos.

Na verdade, a oração modal “É certo”, de alguma forma atenua o argumento dos grevistas. É como se o articulista dissesse que é de conhecimento geral a precariedade da situação, minimizando a força desse argumento, de forma a mostrar que ele não justifica a greve.

É oportuno, ainda, observar que a oração principal *É certo* incide sobre outra estrutura já modalizada pelo operador modal *pode*, que indica possibilidade. O locutor poderia ter dito simplesmente *É certo que a situação é absolutamente precária*, ou ainda, *Não se pode negar a precariedade absoluta da situação*, mas optou por reforçar ainda mais essa idéia de conhecimento prévio e geral da precariedade.

Retomando os tipos de modalidade apresentados na fundamentação teórica, percebe-se que, nessa estrutura, ocorre modalização – e não modulação – uma vez que a indicação de modalidade incidu sobre uma proposição indicativa de possibilidade “Não é possível negar a precariedade absoluta da situação”.

Em (3), diferentemente de (2), não há engajamento. Observa-se, na verdade, uma atitude avaliativa do locutor quanto ao anúncio a ser feito pelos grevistas. A seleção lexical

feita pelo articulista carrega de ironia a construção ao mostrar que esse “anúncio” é previsível, por ser uma atitude recorrente.

As indicações de modalidade em (2), (3), (4), (5) e (6) enquadram-se na categoria de modalidade explícita, segundo categorização de Halliday e Matthiessen (2004: 149, 615), pois estão expressas em uma oração à parte do conteúdo proposicional, representado pela oração subordinada.

As orações principais em (2) e (3) podem ainda ser classificadas como formas objetivas de modalidade, pois sugerem que o ponto de vista do locutor é mais uma qualidade da proposição do que, propriamente, uma posição pessoal. Camufla-se, de certa forma, a origem enunciativa: afinal, aparentemente, é o enunciado quem diz, e não o sujeito-enunciador.

A indicação da categoria modalidade das estruturas analisadas fica confirmada pelo fato de elas representarem metáforas gramaticais de elementos constituintes do Modo, que constitui o principal sistema gramatical da metafunção interpessoal. Em (2), (3) e (4) observam-se casos de metáfora gramatical de Adjuntos Modais; e em (5) e (6) do Sujeito. É o que se percebe nas reestruturações abaixo:

- (2') Certamente, não se pode negar a precariedade absoluta da situação...”
- (3') “Previsivelmente, ao fim dessa paralisação, ..., os grevistas anunciarão que não haverá prejuízo para os alunos...”
- (4') “Para os grevistas, não haverá prejuízo para os alunos...”
- (5') “O governo estadual não vai negociar...”
- (6') “Os professores não retomarão as aulas na situação atual.”

Cabe ressaltar, com base em Thompson (2004: 195), que a escolha entre expressar mensagens em um período simples ou em um período composto é uma opção significativa, já que são recursos léxico-gramaticais à disposição do enunciador. No caso das construções analisadas, essa opção está ligada diretamente à ênfase que se quer dar ao significado interpessoal da frase – a tentativa do articulista de influir sobre o leitor. Nas construções (5) e (6), através do período composto para indicar o discurso relatado, o articulista parece querer enfatizar a troca de ameaças entre autoridades e grevistas, o grande falatório característico de toda greve, em oposição ao “silêncio” dos alunos, principais prejudicados, segundo a tese proposta no editorial.

A oração principal de (1), ao contrário das anteriores, não indica modalidade. *Saber* indica um fato atribuído a um sujeito em terceira pessoa, anteriormente expresso – alunos. Das três pessoas do discurso, a terceira é, sabidamente, a menos marcada. Segundo Hawad (2002), no nível semântico, define-se, de certa forma, “negativamente”, – como nem falante, nem ouvinte. Do ponto de vista morfológico, esse valor semântico “negativo” é a desinência número-pessoal zero em quase todos os tempos e modos verbais. Desse modo, o sujeito *alunos* relaciona a proposição a seu contexto no evento de fala, assinalando o papel de referente (“nem falante, nem ouvinte”) a essa categoria.

Tendo em vista que a primeira e a segunda pessoas são aquelas envolvidas diretamente no processo interativo, a construção distancia-se, assim, da função interpessoal. Como reflexo disso, a estrutura em exame não pode ser considerada metáfora gramatical de nenhum constituinte do Modo. A opção pelo período composto decorre exclusivamente da dificuldade de estruturar os complementos do verbo saber – a possibilidade de devolução da taxa de inscrição e o momento da devolução – através de estruturas nominais e não oracionais. A construção “E que por sinal nem sabem da possibilidade e do momento em que terão o dinheiro de volta”, além de apresentar problemas estruturais, não dá conta do significado original.

Após a análise das orações principais em estudo, é possível perceber a incoerência entre a definição de oração principal de muitos manuais tradicionais – segundo a qual a oração principal é aquela de sentido principal – e o real papel semântico dessas estruturas. O sentido principal a que se faz referência tradicionalmente – e que diz respeito à representação do mundo extralingüístico, conteúdo proposicional – repousa na oração subordinada e não na principal. Em relação a esse aspecto, vale retomar comentário de Thompson (2004: 232), perfeitamente cabível à estrutura da língua portuguesa, sobre a “tensão entre a dominância estrutural da oração modal (que é a oração principal em termos tradicionais) e a dominância semântica da oração ‘reportada’ ”.¹

5. Anexo

Os perdedores

A disputa entre o governo do estado e a Uerj, como sempre acontece nesses casos, tem como principal vítima os alunos, que são a própria razão de ser da universidade. Alunos reais e em potencial, pois se for confirmado o adiamento do vestibular — questão que poderá ter seu desfecho na Justiça — serão atingidos também os que apenas pretendem iniciar o curso superior na Uerj. E que por sinal nem sabem se e quando terão de volta o dinheiro da taxa de inscrição.

É certo que não se pode negar a precariedade absoluta da situação em que se encontra a Uerj e a justiça das reivindicações salariais dos professores. A universidade tem rampas escoradas por andaimes, porque já houve um desmoronamento (felizmente em fevereiro, durante as férias, e por isso sem vítimas), baldes aparando a água que escorre de vazamentos enquanto falta nos bebedouros, sistemas contra incêndio sem mangueiras e uma deterioração geral; e não há previsão de reformas porque não há dinheiro para elas: em março a verba de custeio da Uerj sofreu um corte de 25%. Quanto aos salários, anos de congelamento conduziram a uma situação intolerável e ao atual e compreensível grau de indignação.

Ainda assim, entrar em greve não pode ser o instrumento preferencial de que os professores dispõem para fazer protestos e apresentar reivindicações. Desde já é previsível que ao fim dessa paralisação, que está perto de completar dois meses, os grevistas anunciarão quer não haverá prejuízos para os alunos, pois as aulas perdidas serão devidamente repostas — o que reflete uma visão distorcida do ensino como uma espécie de mercadoria de compra e venda, e não como o processo gradual e cumulativo que é, a ser realizado em etapas sucessivas e complementares.

O governo estadual diz que não vai negociar enquanto a greve persistir, os professores sustentam que não retomarão as aulas na situação atual. Em silêncio ficam os alunos, que são os mais prejudicados e a parte mais fraca.

6. Conclusão

¹ (...) there is a tension between the structural dominance of the modal clause (which is the main clause in traditional terms) and the semantic dominance of the ‘reported’ clause.

Pelo exposto, foi possível perceber que só uma perspectiva discursiva – no caso deste trabalho, a perspectiva sistêmico funcional - de análise das orações principais favorece a apreensão dos valores semânticos dessas construções e sua relevância para a construções de textos de natureza argumentativa.

A análise dos diferentes itens gramaticais sob essa perspectiva funciona, pois, como eficiente estratégia para a leitura e produção de textos.

7. Referências

- AZEREDO, José Carlos. (1990) *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2000) *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2005) “Construção Sintática e Monitoramento: análise de três aspectos gramaticais”. In: Henriques, Cláudio Cezar e Simões, Darcilia. *Língua Portuguesa: Reflexões sobre Descrição, Pesquisa e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2005.
- BECHARA, Evanildo. (1977) *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BECHARA, Evanildo. (1999) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna.
- BRANDÃO, Cláudio. (1963) *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais.
- CUNHA, Celso. (1970) *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares. (edição consultada: 3ª., 1972)
- CUNHA, Celso e Cintra, Lindley. (1985) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (edição consultada: 2001)
- HALLIDAY, M. A. K. (1994) *An Introduction to Functional Grammar*. 2ª. ed. London: Edward Arnold.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (2005) *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha.
- MELO, G. C. (1967) *Novo Manual de Análise Sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- ROCHA LIMA, C. H. da. (1957) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores. (edição consultada: 9ª., 1963)
- _____. (1972) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- _____. (1992) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 31ª.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- THOMPSON, Geoff. (2004) *Introducing Functional Grammar*. 2ª ed. London: Hodder Arnold.